

AUTORA: FABIANA DE OLIVEIRA LOBÃO
ORIENTADORA: RONISE NASCIMENTO DE ALMEIDA

(Lucídio BLANCHETTI)



“Concebemos o olhar como uma maneira de posicionar-se no mundo, como também como uma linguagem que se constrói e se realiza no contato com os outros, nas...”
(Lucídio BLANCHETTI)

A DIFERENÇA ESTÁ NO OLHAR

GUIA PARA REFLEXÕES DE EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

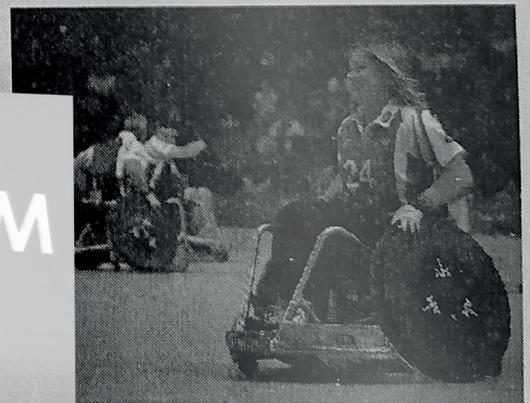
“Concebemos o olhar como uma maneira de posicionar-se no mundo, como também como uma linguagem que se constrói e se realiza no contato com os outros, nas inter-relações”.
(Lucídio BLANCHETTI)

...específicas de cada aluno”
(Dischinger, Marta, 2009)

O papel verdadeiro da escola é ensinar a voar, não cortar as asas” (Dimenstein)

“igualdade que reconheça as diferenças e diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”
Boaventura de Souza Santos.

“DE PERTO NINGUÉM É NORMAL”



“para promover a participação e o aprendizado, é necessário, em primeiro lugar, reconhecer as habilidades e dificuldades específicas de cada aluno”
(Dischinger, Marta, 2009)

“A inclusão escolar é um movimento mundial que condena toda forma de segregação e exclusão”
(Dischinger, Marta, 2009)

AUTORA: FABIANA DE OLIVEIRA LOBÃO
ORIENTADORA: RONISE NASCIMENTO DE ALMEIDA

A DIFERENÇA ESTÁ NO OLHAR

GUIA PARA REFLEXÕES DE EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

1ª EDIÇÃO
ARACAJU, 2019

A DIFERENÇA ESTÁ NO OLHAR

GUIA PARA REFLEXÕES DE EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Copyright © 2019 • *Fabiana Lobão*. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste material pode ser reproduzida ou transmitida em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa da autora.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - IFS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO - THIAGO GUIMARÃES ESTÁCIO

ILUSTRAÇÕES: freepick.com (exceto quando determinada a fonte)

REVISOR TÉCNICO – EVERTON MELO DA SILVA

Fabiana de Oliveira Lobão
fabiana.lobao@ifs.edu.br

Sumário

Apresentação.....	6
A Diferença está no Olhar.....	8
O que é Educação Inclusiva?	10
Quem são esses sujeitos?	14
Conseguimos ver para além dos rótulos?	16
Não entendo de todas as diferenças! E agora!?	18
Vou passar a mão na cabeça?	20
Então diga o que eu tenho que fazer!	22
Acesso, Permanência e Êxito	24
Existe uma única forma de ensinar e avaliar?	28
E isso tudo não é uma utopia?.....	30
Não é estar só	32
Referências	35

Apresentação

O Guia para reflexões de experiências educacionais inclusivas – “A diferença está no Olhar” - é um produto educacional que materializa algumas contribuições da pesquisa de mestrado desenvolvida pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

O objetivo do Guia é difundir o olhar inclusivo e possível frente à condição humana de sujeitos diferentes em sua formação integral, passando a contribuir com a problematização de práticas educativas e procedimentos descontextualizados, mecânicos, acríticos e que não consideram a natureza plural em que se materializa o processo ensino aprendizagem.

Esse Guia apoia-se na bibliografia estudada na pesquisa de mestrado e conta com a colaboração das contribuições registradas por professores, técnicos administrativos integrantes da equipe multidisciplinar e estudantes que foram acompanhados pelo NAPNE do IFS/Campus Aracaju que concluíram seu itinerário formativo no ano de 2017.

A perspectiva aqui apresentada caminha na direção de contribuir com o cenário amplo das estratégias rumo a garantia do respeito à diversidade e da operacionalização da educação inclusiva. Dessa forma, é importante destacar a necessidade da soma e multiplicação de olhares inclusivos e parceiros, evitando assim uma visão que não liberte, mas aprisione! Cabe frisar também que essa perspectiva entende que a reconfiguração do olhar é um passo importante, vez que através dele dispparamos e/ou executamos agenciadores técnicos, pedagógicos, morais e éticos rumo a efetivação de uma educação inclusiva.

Sendo assim, a funcionalidade deste Guia é ser fomento reflexivo para participação ativa, reflexiva e parceria entre todos que vivenciam, direta e indiretamente, o processo de ensino-aprendizagem, suscitando assim uma série de outras reflexões, pertinentes e necessárias, sobre a educação inclusiva na educação profissional e tecnológica.

O papel que está previsto para os Institutos Federais é garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social. (BRASIL, 2010, p.20).



A era dos Institutos Federais exige que seus atores, em seu caminhar, conheçam-se em sua humanidade comum e (...) devem esses atores mobilizar o que sabem do mundo, superar as antinomias dos conhecimentos especializados, identificar a falsa racionalidade e estabelecer a correlação entre a mobilização dos conhecimentos de conjunto e a ativação da inteligência geral dos indivíduos. (BRASIL, 2010, p. 24).

A Diferença está no Olhar



Inclusão é uma prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem. (CAMARGO, 2017, p.1).

A inclusão, no campo da educação, converge e caminha para a possibilidade de um olhar para além do estigma, avançando para o reconhecimento da diversidade enquanto parte do processo que compõe o sujeito-estudante e seu processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, ao considerar a diferença que constitui os sujeitos, os elementos de potência e os desafios postos são entendidos como analisadores importantes na relação ensino aprendizagem no percurso do acesso, permanência e êxito dos sujeitos-estudantes.

Por exemplo, alguns, com limitações visíveis, são sujeitos protagonistas da superação e do aprendizado, assim como outros, sem o estigma da pessoa com deficiência, no percurso escolar podem evidenciar possibilidades e limitações de naturezas diversas. Nesse contexto o que fica evidente é que, para além dos estigmas, o acesso, permanência e êxito escolar devem considerar que posturas e abordagens

sejam contextualizadas, produzindo assim ambiente e estratégias que não sejam deficientes frente a diversidade dos sujeitos.

A diversidade, então, não deve ser entendida com preconceito, estereótipos e estigma, do tipo:

Os Mitos e a realidade - preconceitos, estereótipos e estigma – “Generalização Indevida” refere-se à transformação da totalidade da pessoa com deficiência na própria condição de deficiência, na ineficiência global. O indivíduo não é alguém com uma dada condição, é aquela condição específica e nada mais do que ela: é a encarnação da ineficiência total.

“correlação linear”, a lógica do “se ... então”: se esta atividade é boa para esta pessoa com deficiência então é boa para todas as pessoas nessas condições. Ou: se audição é um sentido privilegiado no cego, então os cegos são excelentes músicos. Ou: se este paraplégico é cruel, então todos os paraplégicos são cruéis.

“contágio osmótico”, refere-se ao medo (pavor mesmo) da “contaminação” pelo convívio. (AMARAL, 1998, p. 16-17).

Dessa forma, a inclusão passa a ser um olhar a ser compartilhado entre gestores, estudantes, governantes, educadores, familiares, movimentos sociais, ou seja, por todos atores que concebem uma escola e sociedade inclusivas.

A escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo ativo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e desta forma atingir a qualidade acadêmica e sócio cultural sem discriminação (RODRIGUES, 2006, p. 2).



Adriano Henrique Nuernberg. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_06_2011_8.42.43.47dc3016138057668971bf9d26fe5d41.pdf
Acesso em: 02 mar. 2019.

O que é Educação Inclusiva?



O Movimento atual pela inclusão, segundo Camargo (2017), é amplo e perpassa a compressão de um paradigma aplicável aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Defende que os sujeitos, individual e coletivamente, nos contextos inclusivos, possuam suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas.

A inclusão, portanto, apresenta-se enquanto prática social que se aplica no trabalho, na arquitetura, no lazer, na educação, na cultura, mas, principalmente, na atitude e no perceber das coisas, de si e do outrem. É o movimento de acolhimento de todos numa perspectiva de direito subjetivo e inalienável e esse processo concebesse todos com todos, não segregado, nem excluído.

Nessa direção, Azevedo (2008) enfatiza que o movimento da inclusão considera a natureza particular do sujeito para além de sua deficiência, e pontua que é o modelo de sociedade que cria, ou não cria, as condições favoráveis às pessoas com deficiência. Não recai sobre o sujeito o olhar da inadequação aos espaços, mas sim a deficiência dos espaços para lidar com as diferenças. Logo, a “[...] sociedade é que cria as barreiras, as adversidades, os limites dos espaços sociais favoráveis ou desfavoráveis para a convivência plena e autônoma das pessoas” (AZEVEDO, 2008, p. 49).

Ou seja, há uma compreensão de que a deficiência é externa à pessoa, por advir da incapacidade encontrada no meio em garantir o acesso a todos. Nesse



contexto, de acordo com Ainscow e Miles (2009), a inclusão na educação apresenta-se com o objetivo de eliminar as barreiras fruto de atitudes e respostas deficientes à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidades. Portanto, partem da crença que a educação é um “direito básico e a fundação para uma sociedade mais justa”.



O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1)



Nesse contexto, a Educação Inclusiva apresenta como objetivo a necessidade de considerar as potencialidades e limites, apreciando o contexto, a história escolar, a bagagem de experiências dos sujeitos e, a partir delas, trabalhando a articulação dos conteúdos estimulando o pensamento crítico. Não cabe tentar incluir a partir de um único modelo de pensar, refletir e aprender. Restringir a aprendizagem a uma única forma de compreender os conteúdos pode excluir, mais que incluir.



Incluir [...] pressupõe uma grande reforma no sistema educacional que implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensinar, avaliar, trabalhar com grupos em sala de aula e a criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de todas as pessoas. (PAULON, 2005, p. 27)



Além da necessidade de ressignificar a postura de todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente, no processo ensino aprendizagem, é fundamental, também, a garantia da efetivação de políticas públicas que garantam as condições para sua operacionalização, visto que a possibilidade da educação inclusiva não é dissociada da construção de uma sociedade inclusiva.

Essa tarefa é complexa e não restrita ao educador, como aponta a Declaração de Salamanca (1994, art. 38, *online*) ao pontuar que “A preparação adequada de todo pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas”.

[...] educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar. (PAULON, 2005, p. 27).

A inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças. (PAULON, 2005, p. 34).



**Quem são
esses sujeitos?**



A pessoa com deficiência é cidadã como qualquer outra pessoa e, como tal, tem o direito de receber os serviços de que necessita, sem que, para tanto, necessite permanecer segregada; (ARANHA, 2005, p. 8).

O acesso à educação é direito de todos! Logo, a diversidade é público-alvo das escolas. Sendo assim, a educação inclusiva precisa contemplar as diferenças.

Mas quem são esses sujeitos? A quem estou ensinado/orientando?

O caminho das respostas parece passar primeiro pela necessidade em conhecer a diversidade que compõe os sujeitos-estudantes, proporcionando, assim, conteúdo, espaço físico e práticas que contemplem essa diversidade.

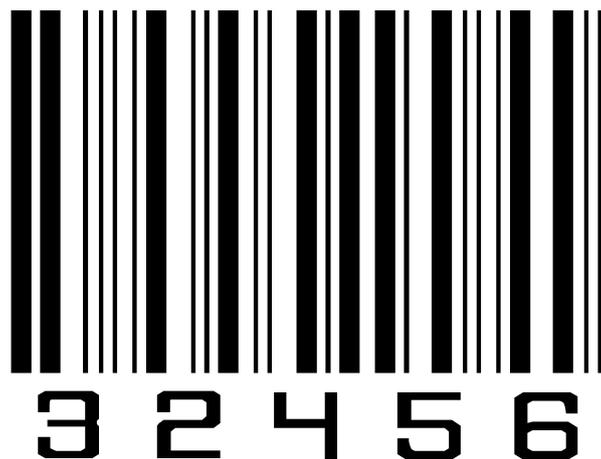
Desta forma, podemos planejar nossas atividades e intervenções rompendo com a concepção de educação acrítica que restringe os estudantes a um padrão único e preestabelecido.

Assim sendo, não adianta aplicar o mesmo material anos seguidos para diferentes grupos de estudantes de diferentes cursos, gerações, habilidades, expectativas, dificuldades, histórias escolares e de vida.

Frequentemente o termo 'diferente' é usado como sinalização de problema. O certo é que (...) ser diferente é uma característica humana e comum e não um atributo (negativo) de alguns. A Educação Inclusiva dirige-se assim aos 'diferentes' isto é a... todos os alunos. (RODRIGUES, 2006, p.6).

É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. (SANTOS, 1995 APUD MANTOAN, 2004, P. 7-8).

Conseguimos ver para além dos rótulos?



- há surdos que aprenderam a leitura labial;
- há os que estão oralizados (falam);
- há os que se utilizam da língua brasileira de sinais para se comunicar;
- há os que emitem sons estridentes;
- há os mais tímidos, que se fecham em seu silêncio;
- há os que são mais agitados, bem como os mais tranquilos;
- há os que já foram alfabetizados e os ainda não alfabetizados.

A decisão de escolher um recurso é bilateral, deve auxiliar ao aluno e ao professor. Essa decisão pode ser totalmente diferente em se tratando de dois alunos com a mesma deficiência, ou seja, para um a decisão sobre a ajuda técnica pode recair sobre o ato de escrever e para outro, a importância pode focalizar o ato de ler. (BRASIL, 2002, p. 3).

Podemos verificar que, por exemplo, os alunos surdos, não são todos iguais. Nem têm as mesmas necessidades educacionais. Da mesma forma, os alunos cegos, os que têm baixa visão, os alunos com deficiência mental, os que têm altas habilidades, os com deficiência física, etc. Há necessidades que são mais comuns em pessoas que têm algum tipo de deficiência, mas que não são restritas a esses alunos. (ARANHA, 2005, p.14).

Deixar de lado a ideia de homogeneização e dar lugar à diversidade pressupõem abandonar o rótulo que muitos alunos recebem. [...] Essa nova cultura despreza a uniformidade, os mitos e rituais em situações em que impera um ambiente autocrático, um currículo fragmentado e com ênfase no ensino. Educação inclusiva e diversidade são pontos inseparáveis um do outro e nos fazem voltar o olhar para o aluno com suas diferenças individuais, aptidões, motivações, interesses e experiências de vida. (LÓ, 2010, p. 123).

A necessidade de uma pessoa está para além dos rótulos. Ou seja, podemos ter dois estudantes com uma limitação física, por exemplo, mas cada um trazer bagagens e demandas diferentes. Nesse caso fica evidente que a condição humana de pessoas diferentes, mesmo que com aparência semelhante, implica em estratégias diferentes. Muitas vezes o medo do desconhecido é sentido como ameaçador e perigoso, por isso, geralmente, é alimentado por preconceitos (conceitos antecipados) que, nem sempre, refletem a realidade vivenciada. A segurança não vem somente em conhecer os rótulos e diagnósticos, mas sim em conhecer para quem estou ensinando, trocando informações e tentando produzir sentido no que estou abordando, para além dos rótulos.

A disponibilidade para conhecer, conversar e dialogar sobre as habilidades, dificuldades, estratégias já vivenciadas, percurso acadêmico anterior e perspectivas com o atual lugar que o estudante ocupa no mundo apresenta-se como uma possibilidade potente de mediar o processo ensino-aprendizagem. Essa perspectiva inclui, muitas vezes, interlocução do professor e/ou estudante com a equipe multidisciplinar, com familiares, com professores e equipe da escola que já estudou etc.

Não entendo de todas as diferenças! E agora!?



Não existe receita, nem procedimentos prévios perfeitos quando consideramos a diversidade dos sujeitos. A necessidade de conhecer os estudantes está para além de conhecer os rótulos, estigmas e preconceitos, visto que o mesmo tipo de deficiência ou característica pode exigir processos inteiramente diferentes de um sujeito para o outro.

Com isso não se descarta os conteúdos científicos e exaustivamente debatidos no meio acadêmico sobre as diferenças, mas se pontua, apenas, que essas informações não são eficazes se descoladas do contexto do sujeito-estudante. Por exemplo, um estudante cadeirante pode demandar, inicialmente, apenas a acomodação de salas e espaços físicos, enquanto um outro estudante também cadeirante que vivencia um quadro de déficit cognitivo demandará outras estratégias articuladas.



Para desenvolver a inclusão educacional é necessário que os professores, assim como os demais profissionais da educação, alterem esse modelo, tornando-o flexível e acessível a todos os alunos, com e sem deficiências. (SALVADOR *et al*, 2006, p.16).



O trabalho em parceria e interlocução com o estudante, a equipe, demais professores, coordenadores de curso, profissionais de acompanhamento externo, e família ajuda a trilhar um caminho mais seguro e respeitoso no processo ensino-aprendizagem.

Saiba mais:



Vídeo sobre a LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)



LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015
Estatuto da Pessoa com Deficiência

**Vou passar a
mão na cabeça?**

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015, art. 27, *online*, grifos nossos)



Considerar que estamos lidando com pessoas que trazem necessidades diferentes e por isso demandam estratégias que as incluam não significa “passar a mão na cabeça”, mas sim se trata de uma questão de equidade.

A educação em diversidade e para a diversidade é proposta de reforçar o aspecto transformativo, no sentido de efetivar a igualdade de oportunidades. Isso não significa dar a todos o mesmo, mas a todos o que eles precisam. Então, portanto, a abordagem da educação na e para a diversidade é enquadrada na concepção de equidade. (RENDO; VEGA, 2006).

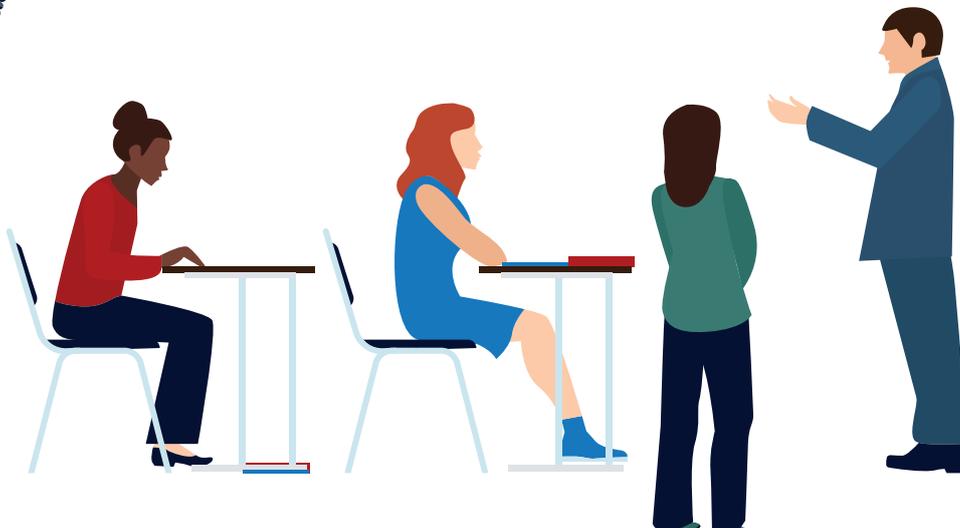
A materialização da equidade na escola exige oportunidades de desenvolvimento de comportamento e atitudes baseados na diversidade humana e nas diferenças individuais dos estudantes. Operacionalizar a equidade passa por estratégias de descobertas enriquecedoras e exitosas quando realizadas junto com o(s) estudante(s).

Superar a barreira da homogeneização do ensino que abarca uma abordagem de uniformização do currículo e uma aula com propostas idênticas para todos são alguns dos fatores determinantes para combater o ciclo de rotulação, discriminação e exclusão conferindo legitimidade à inclusão. (LÓ, 2010, p. 121)



FONTE: <https://programaelas.com.br/diferenca-de-equidade-e-igualdade-de-genero/>. Acesso: 02 mar. 2019

**Então diga o que
eu tenho que fazer!**



Não existe uma fórmula mágica e única, mas considerando a diversidade do humano, a primeira estratégia nos parece ser conhecer as características, habilidades, desejos, aptidões e dificuldades dos sujeitos-estudantes. Esse seria o ponto de partida para balizar o planejamento das intervenções fora e dentro da sala de aula. Analisando esse fato, algumas considerações referentes aos desafios e facilitadores no acesso, permanência e êxito foram pontuadas pelos sujeitos (estudantes e equipe multidisciplinar).

Todos nós podemos concordar que as salas de aula estão se tornando mais diversificadas. Existem diferenças culturais, sociais, econômicas, físicas, cognitivas e a condução das aulas e atividades não respondem mais à expectativa de um estudante padrão. Entramos em contato com sujeitos com ritmos, habilidades, dificuldades, histórias de vida e escolares diferentes que implicam necessidade de planejar materiais, aulas e atividades acessíveis e compreensíveis a uma quantidade maior de sujeitos-estudantes.

Não considerar essa diversidade exclui muitos estudantes do processo ensino-aprendizagem, da formação integral e integrada dos conteúdos apresentados dentro do contexto escolar, conseqüentemente, do mundo do trabalho.

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...] XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; [...] XV – acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino. (BRASIL 2015, Art. 28, *online*).

Acesso, Permanência e Êxito



O discurso na sala de aula inclusiva foge da ideia tradicional de transmissão de informação como reguladora e como garantia de aprendizagem. Adquire um caráter de dialogia e, portanto, vai além do discurso instrutivo que caracteriza uma sala de alunos ouvintes para uma sala de interlocutores ativos. (LÓ, 2010, p. 127).

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras. (BRASIL, 2015, *online*)

Na abordagem inclusiva das questões acerca dos desafios e facilitadores na garantia do acesso, permanência e êxito no processo ensino-aprendizagem sugestões não são receitas, mas operam como parâmetros e sinalizadores possíveis. Algumas considerações com base nas considerações dos sujeitos participantes da pesquisa, bem como nas observações institucionais contemplaram pontuações, a saber:



Oferta de editais que contemplem a política de reserva de vagas (editais de seleção de ingresso, pesquisa, extensão, monitoria, assistência estudantil)



Necessidade da garantia de forma de avaliação de ingresso na instituição que contemplem, efetivamente, a todos.



Valoração do potencial dos estudantes compreendendo-os enquanto seres capazes que têm dificuldades, mas também têm potencialidades.



Postura e escuta empática aos estudantes em uma abordagem que contemple mais que a necessidade específica, mas sobretudo o indivíduo em sua integralidade.



Pautar prática profissional não restrita a rótulos, muitas vezes, limitantes e pejorativos.



Disponibilidade para lidar com o diferente, em contraponto à idealização de um estudante padrão.



Ações de articulação com a família, comunidade e rede de equipamentos de saúde e assistência social para suporte e busca de alternativas externas e internas.



Planejamento de aulas direcionadas não apenas aos que enxergam e ouvem. Falar de frente para o grupo de estudantes (nunca de costas). Usar vídeos com legendas. Quando utilizar o quadro para escrever ou desenhar conteúdo, usar tamanho e apresentação do conteúdo de modo a que todos tenham acesso visual às informações. Quando necessário utilizar a descrição dos dados e/ou figuras.



Preparação de avaliações que considerem as múltiplas formas de expressão da aprendizagem (tempo de prova, prova oral, provas com conteúdo diluídos em pequenas avaliações, seminários, trabalho em equipe, trabalhos manuais).



Caso utilize o método de chamada oral (presença), verificar se todos acessam essa forma de comunicação.



Caso tenha interprete de Libras em sala, fazer contato para alinhar ritmo e vocabulários específicos.



Nos processos avaliativos usar mais de uma forma de verificar aprendizagem. Percebendo estudante com demandas específicas, verificar junto com o estudante estratégias já utilizadas no seu itinerário escolar e/ou planejar novas formas de explorar o processo avaliativo.



Organizar visitas técnicas que considerem a acessibilidade de todos os estudantes.



Acolhimento dos estudantes que sinalizam alguma necessidade específica no ato da matrícula para entrevista com ele e sua família, proporcionando assim articulação e planejamento junto a docentes e equipe técnica.



Material de divulgação institucional (documentos, informações, editais) com acessibilidade (LIBRAS, audiodescrição etc).



Disponibilizar material de divulgação e informes do site mais acessíveis e o sistema acadêmico mais intuitivo.



Garantir abordagem inclusiva implementada em todos os cursos, áreas e coordenadorias.



Capacitação contínua dos docentes, técnicos administrativos, terceirizados e estudantes na temática da educação inclusiva.



Potencialização do acompanhamento contínuo dos estudantes pelos professores, coordenação, equipe técnica e familiares.



Formatação de equipe técnica com quantitativo de profissionais que contemplem os três turnos de funcionamento da instituição.



Capilarizar estratégias de sensibilização da comunidade interna.



Incentivo ao desenvolvimento de tecnologias assistivas na instituição.



Planejamento das aulas pautadas na abordagem e metodologias inclusivas, contemplando a acessibilidade urbanística, arquitetônica, atitudinal.



Disponibilizar acesso a material de estudo adaptado às necessidades de todos os estudantes.



Necessidade de ações de encaminhamento para estágios curriculares ou extracurriculares como forma de preparação para o mundo do trabalho.

Essas considerações partem da premissa de que não existe conhecimento pronto, acabado, e que não existe uma única forma de condução do processo ensino-aprendizagem, ressalta a importância da necessidade de observar e conhecer, também, a demanda do grupo de estudantes e entender que cada grupo terá um processo contínuo e singular de construção e de autoconstrução. A atitude reflexiva do docente, equipe técnica e familiares pode fazer com que os próprios estudantes se tornem reflexivos.

Sendo assim, a abordagem inclusiva compreendida e defendida pelos sujeitos, passa pela valorização do potencial individual dos estudantes, pela necessidade de espaços físicos adequados, planejamento e execução de aulas, visitas técnicas, processos avaliativos, atividades extracurriculares, relações interpessoais e intervenções institucionais que contemplem a diversidade. Além disso, reforça-se a necessidade de compreensão dos estudantes como ser humano para além de rótulos, a oferta de capacitação de docentes, equipe técnica e demais atores do contexto escolar sobre o dever de lidar com a diversidade.

Nesse cenário da busca de possibilidades para efetivação da inclusão educacional no contexto escolar o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) tem se colocado como uma estratégia de inclusão ao planejar objetivos, métodos, materiais e métodos avaliativos que contemplem a diversidade de habilidades.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (...) Art. 3º, II – desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;” (BRASIL, 2015, art. 3, *online*).

O DUA, conceito emprestado do mundo da arquitetura e design de produto, traz ao universo da educação a necessidade de ao planejarmos materiais, atividades, avaliações, visitas técnicas etc, termos em mente necessidades diversas, visto que assim há mais possibilidade de materializar a ruptura das barreiras que dificultam o acesso à locomoção, comunicação, informação e conhecimento dos estudantes no seu percurso do acesso, permanência e êxito escolar.

O DUA é um conjunto de princípios e diretrizes para ajudar a criar salas de aula que reduzissem as barreiras e ampliassem as oportunidades para a mais ampla gama de estudantes possíveis. (ROSE, 2016, n. p.)

Nesse sentido podemos considerar as reflexões que O Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), segundo (Meyer, Rose, Gordon, 2014, p.51), traz para o cenário escolar através de seus 3(três) maiores princípios:

- *Múltiplos meios de representação:*

“Ao apresentar conceitos ou informações aos alunos, use vários meios de representação. Não existe um único meio de instrução que seja ideal para todos os alunos ou para todos os tipos de informação. Os livros impressos são bons para algumas pessoas, mas são dramaticamente inacessíveis para outros e muito ruins para ensinar muitos tipos de assuntos. Três diretrizes articulam como projetar informações para apoiar alunos que possuem: 1) diferentes habilidades perceptivas, 2) diferentes habilidades lingüísticas e 3) diferentes habilidades cognitivas.” (ROSE, 2016, n. p.).

- *Múltiplos Meios de Expressão:*

“Ao pedir aos alunos que comuniquem ou expressem o que sabem, use vários meios de expressão. Os estudantes diferem radicalmente em sua capacidade de se expressar em diferentes mídias e contextos. As diretrizes enfocam como remover barreiras à comunicação para alunos que 1) têm limitações físicas, 2) têm deficiências expressivas específicas e 3) têm dificuldade com funções executivas (planejamento e organização).” (ROSE, 2016, n. p.).

- *Múltiplos Meios de Engajamento:*

“Ao procurar motivar e engajar os alunos, use vários meios de engajamento. Alunos, especialmente aqueles com deficiências emocionais, são muito diferentes em como eles podem ser melhor envolvidos e motivados para aprender. As diretrizes abordam como usar as opções para 1) recrutar interesse, 2) sustentar o esforço e a prática e 3) desenvolver a autorregulação.” (ROSE, 2016, n. p.).

Os três princípios de DUA pode ajudar-nos a conhecer os desafios e tirar vantagem das oportunidades inerentes na grande variabilidade dos estudantes, oferecendo caminhos para aqueles atualmente excluídos e desenvolvimento dos talentos de todos. (MEYER, ROSE, GORDON, 2014, p.48).

Saiba mais:

 <http://udltheorypractice.cast.org>

 <http://aem.cast.org/>

**Existe uma única forma
de ensinar e avaliar?**



Como você sabe, uma das funções assumidas pela escola é avaliar a aprendizagem escolares em relação à seleção e distribuição de conhecimento (...). É interessante referir-se ao termo "avaliação" em seus múltiplos significados. Isto aparece nos dicionários da linguagem e etimológico e também é comumente usado com diferentes significados: medir, avaliar, verificar, julgar, interpretar, apreciar, estimar, etc. De um ponto de vista educacional, este termo é altamente distorcido pelo significado de "medir com precisão" e, portanto, emitir um julgamento de natureza mais quantitativa do que qualitativa. (RENDO e VEJA, 2006, p.21).

Quando estamos em um ambiente escolar as diferenças podem ser de ritmo, de apreensão do conteúdo, do ver, do ouvir, do falar, do interagir. O importante é explorar os conteúdos considerando as potencialidades e habilidades rumo ao desenvolvimento da aprendizagem. Dessa forma, falar em ensino-aprendizagem implica considerar a diversidade, conhecer o sujeito-humano e suas características.

Essa possibilidade de alcançar e considerar as diferentes caminhadas acadêmicas e as múltiplas formas de aprender nos processos avaliativos, por exemplo, podem considerar ao longo dos trabalhos com a turma, diferentes maneiras de verificação do aprendizado. Dessa forma, evita-se apenas um único recurso avaliativo como parâmetro de todo o processo de ensino-aprendizagem.

Na educação inclusiva não deve haver a preocupação com apenas os avanços cognitivos dos alunos. É interessante que se compreenda que entre as funções da educação inclusiva estão também a formação e o desenvolvimento das personalidades dos discentes, isto é, de suas capacidades de refletir e agir frente as diversas situações da realidade cotidiana. (RENDO; VEGA, 2006, P. 21, grifos nossos).

**E isso tudo não
é uma utopia?**



Fonte: Ricardo Ferraz
Disponível em: <https://syngaunis.wordpress.com/>.
Acesso em: 02 mar. 2019

Talvez utopia maior seja partir do pressuposto de um aluno padrão ideal, que apresente as mesmas necessidades de aprendizagem, que possua o mesmo percurso acadêmico, que se encaixa na minha forma de ver o mundo, que comunga da minha religião, que goste das mesmas coisas, que possua a mesma condição de saúde, que responda às indagações com resposta-padrão, que tenha boas notas fruto da quantificação de respostas-padrão.

A expectativa de que a pessoa com deficiência se assemelhasse ao não deficiente, como se fosse possível ao homem o “ser igual” e como se ser diferente fosse razão para decretar a menor valia enquanto ser humano e ser social. (ARANHA, 2001, p. 17).

Não obstante algumas considerações girem em torno da necessidade vivenciada por pessoas com deficiência, essas reflexões ao se colocarem enquanto vetores

de materialização de uma educação inclusiva, não se limitam a elas, mas representam a superação de posturas discriminatórias direcionadas a quaisquer grupos em razão de suas diferenças, quer sejam elas de qualquer natureza física, intelectual, socioeconômica etc.



Fonte: www.instasaver.org

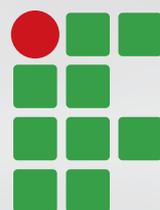
Não é estar só

Referências

- AINSCOW, Mel; MILES, Susie. Developing inclusive education systems: how can we move policies forward? [Chapter prepared for a book in Spanish to be edited by Climent Gine et al, 2009]. Manchester: University of Manchester, 2009.
- AMARAL, Lígia. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Júlio G. (Org.). Diferenças e preconceitos. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.
- ARANHA, Maria Saete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21, mar., 2001, p. 160-173.
- ARANHA, Maria Saete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, jun. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-edu-cacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 13 fev. 2018
- BRASIL. Ministério da Educação. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepções e diretrizes. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados. Brasília: MEC: SEESP, 2002.
- CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciênc. educ. Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170010001>. Acesso em: 10 nov. 2017
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. Disponível em: https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/07/Pedagogia_do_Oprimido-Paulo-Freire.pdf Acesso em: 10 nov. 2017
- LÓ, Judith Eva Dupont. Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes, Conjectura, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download/187/178>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. Revista Conselho da Justiça Federal (CEJ), ano VIII, set. 2004, p. 36-44.
- MEYER, Anne; ROSE, David H.; GORDON, David. Universal design for learning: theory and practice. National Center on Universal design for learning. 2014.
- PAULON, Simone Mainieri. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeinclusao.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- RENDO, Alicia Devalle de; VEGA, Viviana. Una escuela en y para la diversidad: el entramado de la diversidad. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2006. p. 95-138.
- RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre educação inclusiva. In RODRIGUES, David. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
- ROSE, David H.; Desenho Universal para Aprendizagem (UDL). 2016. Disponível em: <https://nancyebailey.com/2016/12/09/universal-design-for-learning-by-david-h-rose-ed-d/> Acesso em: 13 fev. 2018
- SALVADOR, Diego Salomão Candido de O.; MOURA; Dante Henrique de; SILVA, José Aldivan de A.; MAIA, Silvan Ferreira. Processo educacional inclusivo: das discussões teóricas à necessidade da prática. HOLOS, ano 22, dezembro, 2006. p. 11-23. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/15/12> Acesso em: 13 fev. 2018.



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sergipe